

A NOTÍCIA

NA BERLINDA

O depoente estava, sem nenhum pudor, mentindo para proteger outros culpados', disse o senador

Renan Calheiros aponta 15 'afirmações falsas' de Pazuello na CPI da Covid

APROVAÇÃO

Defensor público parabenizou o governo do estado por alterações

Projeto de Renan Filho isenta descontos na folha de aposentados e pensionistas

ABUSO

Gestor sobrecarrega servidores; vereador cobra ajuda também a taxistas

Prefeito Júlio Cezar obriga servidores da educação a duplicar jornadas de trabalho

29 DE MAIO

Os organizadores do evento garantem que os atos serão realizados em locais abertos

Movimentos populares organizam manifestação pela queda de Bolsonaro



MACEIÓ
PRAÇA DOS
MARTÍRIOS

29
MAIO

09 HORAS
POVO NA RUA
#FORABOLSONARO



ESPORTE

Decisão favorece a Faltri, entidade oficial que representa a modalidade esportiva no estado

Justiça de Alagoas condena entidade fake de Triathlon de Alagoas





ATENÇÃO, PREFEITO!

Servidores de Maceió denunciam que a BRA, empresa prestadora de serviços, não está efetuando os pagamentos de salário. Quem trabalha no PAM Salgadinho, por exemplo, ameaça cruzar os braços. O vereador Leonardo Dias, em vídeo postado nas redes sociais, informou que funcionários da unidade de saúde chegam a passar fome pelo descaso do governo municipal. "As pessoas estão sendo prejudicadas e sem material e condições de trabalho. Vamos cobrar uma posição a respeito disso", disse. Uma denunciante também informou ao A Notícia que no mês de março, funcionários da educação também ficaram com salários atrasados.

ATENÇÃO, PREFEITO! - PARTE 2

Ainda chegou ao A Notícia a denúncia de que servidores de Maceió estariam recebendo sem trabalhar, os famosos fantasmas. E mais, seriam protegidos de um vereador que é bem próximo do prefeito JHC. "Tem duas servidoras - mãe e filhas - que já estão há três anos sem trabalhar", contou. "E não estão com prob-

lemas de saúde para ter direito de afastamento. Recebendo o salário normal e ainda gratificação de produtividade, sem produzir trabalhos nenhum", reforçou. O fato aconteceria na Superintendência Municipal de Energia e Iluminação Pública (Sima). O A Notícia tem os nomes, mas antes prefere alertar o prefeito.

SEM HIGIENE

O Ministério Público de Alagoas (MPAL), por meio de 2ª Promotoria de Justiça de União dos Palmares, instaurou procedimento administrativo para averiguar possíveis irregularidades no abate de animais na referida cidade, bem como em Santana

do Mundaú. As informações chegadas à promotora de Justiça, Ana Cecília Dantas, afirmam que o procedimento ocorre fora dos parâmetros defendidos pela vigilância sanitária, o que pode acarretar em danos ambientais e na saúde da população.

EX-COLLOR

Não é de hoje que está em xeque o viés liberal do ministro Paulo Guedes. Para o advogado João Santana, responsável pelo plano de privatização do governo Fernando Collor, de quem foi ministro da Infraestrutura, o defeito de Guedes é não ter uma visão social. "A característica clara de um liberal é ser tolerante. E isso ele não é." Santana ficou no governo até abril de 1992 — saiu cinco meses antes da queda de

Collor — e conseguiu concretizar a venda da Usiminas, a joia da coroa entre as estatais. "Para o Estado brasileiro é necessária a privatização. Cada vez mais que a Petrobras seguir na mão do Estado, ela perderá valor." Parte das histórias que viveu no coração do poder está no recém-lançado livro O Estado a que Chegamos, em que fala do passado e do futuro do Brasil.

SERVIÇO

A Secretaria de Estado da Fazenda de Alagoas (Sefaz-AL) alerta sobre o fim do prazo para parcelar ou quitar o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) de 2021 com placas finais 7 e 8, que encerra na próxima sexta-feira (28). Para ter acesso ao boleto, basta visitar o site da Sefaz-AL (sefaz.al.gov.br), no "Espaço do Contribuinte", escolhendo a opção "IPVA" e depois "Emissão de Boleto", informando renavam e placa do veículo. Conforme o calendário do IPVA, a regulariza-

ção do imposto pode ser feita em até seis parcelas mensais e consecutivas. O valor mínimo para essa opção é de R\$ 100. Vale ressaltar que cada final de placa possui uma data-limite para pagamento da cota única ou da primeira parcela. As placas de finais 9 e 0 têm até 30 de junho. A tabela discriminativa de valor médio de mercado para veículos terrestres usados — base de cálculo — e prazos de pagamentos de IPVA para o exercício de 2021 está disponível no Diário Oficial do Estado (DOE) do dia 22 de dezembro de 2020.

Collor, uma vergonha!

EDITORIAL

Collor não é alagoano. Nasceu no Rio de Janeiro. Mas, conseguiu se tornar a vergonha do nosso estado. Para ele vale tudo. Dever jornalistas, ter uma empresa à beira da falência, ser acusado de corrupção e, agora, bancar o bom moço ao lado de Jair Bolsonaro. Sim, Collor é uma vergonha alagoana.

Em um país sério, ele jamais seria eleito e reeleito. Agora, tenta somar forças com o presidente a fim de se manter na política. Ele sabe que pode ser um rival difícil de vencer nas próximas eleições: Renan Filho que deve tentar uma vaga ao Senado junto a Collor.

Agora é se unir com Lira, Bolsonaro e a pessoa útil que parecer na frente. Na última visita que Bolsonaro fez a Alagoas, o presidente foi questionado sobre o aliado. O deputado estadual Arthur do Val (Patriota-SP), conhecido por integrar o Movimento



Brasil Livre (MBL), ironizou a família Bolsonaro ao compartilhar uma foto do presidente da República ao lado do ex-presidente Fernando Collor".

"Se o Renan Calheiros é vagabundo, Arthur Lira e Fernando Collor, que posaram para fotos com seu papai hoje, são o quê?", provocou Arthur do Val. Pode ser que Bolsonaro esteja querendo saber de Collor como é a experiência e sensação de ser

impeachmado. Quem sabe ele não seja o próximo.

Collor respondeu ao deputado chamando ele de bebê chorando que está querendo mamar. Sim, esqueceu que quem viveu de política é ele e não o parlamentar paulista. Collor também tem usado a empresa de comunicação para disparar notícias falsas contra o governo do estado. Bem, as urnas devem dar o que ele merece!

ARTIGO



LAURENTINO VEIGA

Os Economistas (I)

No início da década de 70, iniciei o curso de Ciências Econômicas no Campus Tamandaré - cedido pela então Escola de Aprendizes de Marinheiro à Universidade Federal de Economia. À época, trabalhava no Departamento de Economia, dirigido pelo saudoso Professor José Cavalcanti Manso.

A Editora Abril, publicou uma bonita coleção intitulada: Os Economistas, cujas biografias contêm nos respectivos livros: Adam Smith (clássica), primeiro a ser comentado, Petty (mercantilista), Quesnay (fisiocratas), Malthus (clássica), Stuart Mill (clássica), Ricardo (clássica), Karl Marx (crítica do capitalismo), Jevons (marginalismo), Walras (marginalismo), Marshall (neoclassicismo), Veblen (crítica ao capitalismo), Hobson (crítica ao capitalismo), Pareto (marginalismo), Schumpeter (pensamento econômico), Weber (historicismo), Keynes (meu preferido), Kalecki (keynesianismo),

Samuelson (pensamento econômico contemporâneo), Myrdal (pensamento econômico contemporâneo), Sraff (pensamento econômico contemporâneo), Robinson (pensamento econômico contemporâneo) e Galbraith (pensamento econômico contemporâneo).

Adam Smith (Escócia, 1723-1790), considerado Pai da Economia, demonstrou que todas as atividades que produzem mercadorias produzem valor. Afirmou no seu famoso livro — A riqueza das Nações (1776), que a riqueza de uma nação é expressa pelo seu produto per capita, o que é comumente aceito até os dias atuais. O primeiro de uma série de campeões do Liberalismo (a não presença do Estado na Economia), representando o estágio revolucionário da Economia Política Burguesa. Sua ideologia corresponde aos interesses dos capitalistas manufatureiros da época; e dos capitalistas industriais mais tarde.

Pregava um mercado livre e

competitivo, defendendo que cada pessoa deveria ser a primeira detentora de seus próprios interesses. Foi nesse contexto que Adam Smith se referiu ao mercado propriamente dito na famosa expressão "mão invisível" — que fez com que a luta pelos interesses individuais por parte de cada um, trouxesse benefícios a todos.

Outrossim, na investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações, lançou as bases de uma nova ciência: A Economia Política, dividida em três partes: as causas do aumento da produtividade do trabalho e a ordem segundo a qual o produto deste trabalho é distribuído pelos homens de diferentes condições sociais; a natureza, a acumulação e o emprego do capital e as variações do progresso da opulência nas diferentes nações. O pensamento do gênio alcançou o século XXI, serviu como ponto de partida aos teóricos da Economia, desde de Malthus a David Ricardo e Karl Marx.

EXPEDIENTE

Wellington Sena
Diretor Geral
artsenna10@gmail.com

Lourdes Lucena
Diretora Administrativa
lourdeslucenasantos@gmail.com

Fernando Oliveira
Editor Geral
art_sena@hotmail.com



WWW.ANOTICIAALAGOAS.COM.BR

O jornal A Notícia é uma publicação semanal - Endereço para correspondência:
Av. Menino Marcelo, nº 140, Condomínio Park Shopping, Bloco 01,
Apto 101, Cidade Universitária, Maceió-AL — CEP 57073-470
CNPJ: 27.649.153/0001-10 Fone: (82) 99907-9975

Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião deste jornal.

“TAPAR O SOL COM A PENEIRA”

Prefeito sobrecarrega servidores; vereador cobra ajuda também a taxistas

Júlio Cezar ambiciona Assembleia Legislativa e ignora educação municipal

Parece que há algo errado com a educação municipal de Palmeira dos Índios. Chegou ao A Notícia a denúncia de que diversas escolas da cidade estão passando por dificuldades, chegando a faltar até professores. Para sanar esse desfalque, o prefeito Júlio Cezar está utilizando o esquema “tapar o sol com a peneira”. Em vez de contratar profissionais, está usando coordenadores e diretores para assumirem as turmas.

“Em uma escola, a coordenadora está ministrando aula para todas as turmas da educação infantil e algumas do Fundamental I. O vice-diretor de outra escola está ministrando aulas para todas as turmas da EJA (Educação para Jovens e Adultos). Está sobrecarregando os seus funcionários e não contratar ninguém”, informou ao jornal. Ainda segundo o morador de Palmeira dos Índios, o prefeito está dando desculpas desde fevereiro.

“Fica falando que vai lançar um edital de processo seletivo para educação e outras áreas de carência. A educação no município está um caos. O prefeito não manteve os professores do ano passado e nem faz seleção para contratação de novos profissionais. Isso faz com que os funcionários fiquem totalmente sobrecarregados. Ele fica com desculpa falando que não pode contratar sem processo seletivo, mas não se importa com os profissionais que estão se esforçando ao limite para educar a população”, finalizou.

E não é só os profissionais da educação que estão revoltados com o prefeito. Nesta semana foi notificado que os taxistas cobram medidas da prefeitura. Segundo o vereador Geraldo Ribeiro, os profissionais precisam do seu direito constitucional para trabalhar e estão sendo impedidos pela Aarsal.

Em pronunciamento da tribuna da Câmara Municipal de Palmeira dos Índios na sessão ordinária

dessa quarta, ele fez um apelo pela união do Poder Legislativo e do Poder Executivo palmeirense em defesa da classe dos taxistas da cidade. De acordo com o parlamentar, os taxistas estão impedidos pela Aarsal de fazerem viagens para Maceió, Arapiraca e outras cidades do Estado quando se trata de conduzirem uma família – no caso, um casal e filhos. “Não é justo o profissional ficar impedido de completar o seu trabalho, em razão de uma determinação do órgão”, completou o vereador.

Na defesa da classe sofrida e trabalhadora dos taxistas, pediu a união da Câmara Municipal – todos os vereadores e o presidente da Casa, junto ao prefeito Júlio Cezar para solicitar uma audiência com o governador Renan Filho, para que seja concedido um Alvará que garanta o livre direito dos profissionais trabalharem.

Apesar do município estar passando por dificuldades, parece que



Cezar está mais preocupado com a Assembleia Legislativa. “A disputa pelo voto de deputado estadual será bastante acirrada em Palmeira dos Índios. Três fortes candidatos irão às ruas em busca de conquistar o eleitorado do município. O ex-prefeito James Ribeiro (PTB), a deputada estadual Ângela Garrote (Progressistas), e o prefeito Júlio Cezar (MDB) deverão se enfrentar nas urnas em 2022”, destacou um

site de notícias.

“O prefeito Júlio Cezar faz suspense sobre o candidato que deverá apoiar ou ser candidato a deputado, mas já garantiu que se dedicará e entrará de “corpo e alma” na campanha. O nome, que ainda não foi revelado, pode surpreender a todos os palmeirenses, até porque, Ângela e Júlio, andam muito colados, mas nunca se sabe a cabeça do prefeito”, destacou o site.

ESPORTE

Decisão favorece a Faltri, entidade oficial que representa a modalidade esportiva no estado *Justiça de Alagoas condena entidade fake de Triathlon de Alagoas*

A Justiça de Alagoas condenou a Federação de Triathlon de Alagoas (Fetrial), entidade não reconhecida pela Confederação Brasileira de Triathlon (CBTRI) a pagar “Permit”, permissão para realização de eventos, e uma multa de R\$ 30 mil à Federação Alagoana de Triathlon (Faltri), entidade oficial que representa a modalidade esportiva no estado. A “entidade impostora” foi condenada por desobediência em sentença de primeiro grau na 13 Vara Cível da Capital.

Com o intuito de entender o significado do Permit, o desembargador Fernando Tourinho pediu vistas no 1 julgamento, tendo analisado e oportunamente esclarecido, declarou seu voto favorável à Faltri no 2 Julgamento, votando ele e o desembargador Domingos de Araújo Lima Neto, acompanhando o voto do desembargador relator Dr. Celyrio Adamastor.

Não é a primeira vez que o advogado Welton Roberto perde e sempre por 3x0 em suas ações con-

tra a entidade oficial de Triathlon alagoana. “Jamais desistiremos de lutar pelo esporte amador em nosso estado”, comemorou a decisão o professora de Educação Física e especialista Higino Vieira.

“Ao tratar sobre eventos em via de circulação aberta, o Código de Trânsito determina a necessidade de autorização prévia da respectiva confederação desportiva e de entidade estaduais. (...) Resta saber se a Fetrial é filiada à confederação nacional para realizar os eventos. É o cerne da questão, a entidade só reconhece a Faltri”, destacou Tourinho.

DECLARAÇÃO

Em 2019, a Confederação Brasileira de Triathlon - CBTRI - órgão máximo do Triathlon no Brasil - esclareceu através de uma declaração que a única entidade em Alagoas que cumpre as exigências necessária para a prática da atividade física, atribuições e obrigações

é a Federação Alagoana de Triathlon - Faltri.

A declaração informou que a Confederação não reconhece, e não aprova a criação de qualquer outra entidade estadual de administração do Triathlon em Alagoas “ou seja, não reconhecemos a recém-criada Fetrial como entidade de administração da modalidade Triathlon e suas variações”.

A CBTRI enfatizou na época que a Federação Alagoana de Triathlon é a entidade com autonomia definida em seu estatuto e oficialmente a única no Estado de Alagoas com o direito a homologar por assembleia, conforme estatuto, autorizar quando lhes for solicitado e fiscalizar, empresas e seus filiados a realizarem ensaios e provas de Triathlon, Duathlon e Aquathlon, conforme o art. 67 (EMITIR PERMIT), item primeiro, da Lei Federal 9.503/23.09.1997 do CTB.

A CBTRI é filiada a Internacional Triathlon Union (ITU), Confederação Americana de Triathlon



Não é a primeira vez que o advogado Welton Roberto perde e sempre por 3x0 em suas ações contra a entidade oficial de Triathlon alagoana

(CAMTRI), e aos Comitês Olímpico (COB) e Paralímpico (CPB) nacionais. É ainda o órgão responsável por supervisionar e organizar todos os aspectos relativos a prática e gestão da modalidade Triathlon no território brasileiro, bem como representar a respectiva, para todos os fins, no exterior.

Em cada unidade da federação (estado) existe uma representação Estadual de Administração do Triathlon e suas variações, filiada a CBTRI. O processo de filiação e manutenção de uma entidade estadual junto a Confederação acontece na forma jurídica estabelecida no estatuto dela.

APROVAÇÃO

Defensor público parabenizou o governo do estado por alterações

Projeto de Renan Filho isenta descontos na folha de aposentados e pensionistas

O defensor público Othoniel Pinheiro encaminhou um áudio à imprensa, nesta quarta-feira, 19, para esclarecer alguns aspectos a respeito do fim dos descontos dos 14% em cima dos aposentados e pensionistas do estado de Alagoas.

“É uma medida enviada pelo governo do estado, um projeto de lei a ser votado na Assembleia Legislativa”, destacou. Segundo Pinheiro, servidores ativos não estarão incluídos na lei.

"Não haverá diminuição

para 11% (desconto). O que vai acontecer é a mudança na base de cálculo na incidência dos 14%. Agora será a partir do pensionista ou aposentado que ganha a partir de R \$6.433, teto da Previdência. Ou seja, quem ganha abaixo disso não irá pagar mais nada. É uma maneira justa e correta".

Pinheiro parabenizou o governo do estado por ter reconhecido a questão e sugerir essas alterações. “Agora é cobrar da Assembleia para que aprove logo o projeto”, finalizou.



29 DE MAIO

Movimentos populares organizam manifestação pela queda de Bolsonaro

A exemplo das manifestações Black Lives Matters nos EUA e dos recentes protestos que ocorreram no Chile e Equador e Colômbia, diversos setores dos movimentos populares no Brasil estão convocando o povo às ruas. O entendimento é que o governo Bolsonaro é o principal responsável pela disseminação do Covid, que já matou 442 mil pessoas em todo o país. Não bastasse, o desemprego atinge 14,3 milhões de pessoas e aproximadamente 59% sofrem com insegurança alimentar.

Por isso, sob a lema de Povo

na rua, Fora Bolsonaro, estão sendo convocadas para o dia 29 de Maio, sábado, manifestações de rua em todo o país exigindo a derubada do governo Bolsonaro. Os organizadores do evento garantem que os atos serão realizados em locais abertos e pedem que todos os manifestantes compareçam aos atos de máscara N95 e PFF2, usem álcool em gel e garantam o distanciamento durante a manifestação, seguindo às normas de segurança estabelecidas.

Em Maceió, o manifesto será na Praça dos Martírios, no Centro.



MACEIÓ
PRAÇA DOS
MARTÍRIOS

29
MAIO

09 HORAS
POVO NA RUA
#FORABOLSONARO

Os organizadores do evento garantem que os atos serão realizados em locais abertos

Chega! Derrubar Bolsonaro para salvar o Brasil!

Após um ano da pandemia do Coronavírus, o Brasil se aproxima dos 500 mil mortos. Dezenas de estados vivem um colapso na saúde, faltam leitos, respiradores e profissionais suficientes para dar conta da demanda. O resultado é que a cada dia, milhares de pessoas são contaminadas e o número médio de mortes diárias por Covid-19 já ultrapassa 3 mil. Para se ter uma ideia da dimensão da tragédia, a Guerra imperialista dos EUA contra o Afeganistão

matou 149 mil pessoas em 14 anos e na guerra da Síria morreram 380 mil pessoas em 10 anos de guerra.

Apesar desse genocídio contra o povo brasileiro, Bolsonaro tudo faz para propagar o vírus. Além de divulgar notícias falsas, ignorar os protocolos sanitários, promover medicamentos inúteis para combater a pandemia e zombar das vítimas do Coronavírus, Bolsonaro preferiu gastar a incrível bagatela de R\$ 2,5 milhões do dinheiro público

com férias em vez de comprar vacinas para salvar o povo. De fato, o número de pessoas vacinadas no Brasil é extremamente reduzido, somente 15% da população recebeu a primeira dose e apenas 7% receberam a segunda. Não é atoa Bolsonaro é considerado internacionalmente como o pior presidente do mundo. Como ele mesmo falou, sua especialidade é matar.

Não bastasse, o desemprego atinge 14,2% da população, totali-

zando 14,3 milhões de pessoas, a pior taxa desde 2012. Não bastasse, a inflação aumenta de forma galopante, provocando a maior carestia do século no país, o crescimento do preço dos alimentos e do valor dos combustíveis aprofunda a crise econômica e joga a classe trabalhadora na miséria. Mesmo diante desse caos social, Bolsonaro decidiu reduzir o auxílio emergencial de R\$600,00 para R\$150,00 e tenta disfarçar os seus crimes colocando a

responsabilidade por essa tragédia social sobre os governadores que adotando protocolos sanitários e limitando a abertura do comércio. Enquanto isso, seu filho Flávio Bolsonaro, denunciado no esquema das Rachadinhas, comprou uma mansão por R\$ 6 milhões.

Data: 29 de maio
Local: Praça dos Martírios
Horário: 9 horas
Pauta: Povo na rua, Fora Bolsonaro.

NA BERLINDA

O depoente estava, sem nenhum pudor, mentindo para proteger outros culpados', disse o senador

Renan Calheiros aponta 15 'afirmações falsas' de Pazuello na CPI da Covid 19'

O relator da CPI da Covid, senador Renan Calheiros (MDB), apresentou a lista do que identificou serem 15 "afirmações falsas" do ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello. As mentiras, de acordo com Calheiros, tratam de questões como uso de cloroquina, aquisição de vacinas e falta de oxigênio. O relator disse que se trata de uma atitude criminosa, "por constituir

falso testemunho e embarçar os trabalhos da CPI", além de ser incompatível com o que se espera de um general que "deveria dedicar a vida à defesa do Brasil, mas desrespeita a memória de mais de 440 mil vítimas e a dor de suas famílias".

"Ficou evidente que a missão do depoente nesta CPI não foi esclarecer a população ou colabo-

rar para encontrarmos a verdade, mas, sim, eximir o Presidente da República de qualquer responsabilidade pela condução temerária pelo Governo Federal das ações de combate à pandemia. Embora tenha sido claramente treinado para esse objetivo, seu depoimento não se sustenta, e qualquer pessoa que tenha acompanhado suas declarações ao longo da pandemia

e ouviu o que disse ontem a esta Comissão chega à mesma conclusão: o depoente estava, sem nenhum pudor, mentindo para proteger outros culpados", diz trecho do documento de Calheiros.

Mais cedo, ele anunciou que pediu formalmente à CPI a contratação de uma agência de checagem para verificar possíveis inverdades ditas pelos depoentes. — É funda-

mental essa comissão contratar o serviço para fazer uma procura online da verdade, uma varredura das mentiras que estão sendo pronunciadas aqui. Tivemos uma primeira amostragem dessas contradições, inverdades e omissões. O depoente em 14 oportunidades mentiu flagrantemente e ousou negar suas declarações — disse o senador.

Senador elenca mentiras de ex-ministro durante investigação

1) Pazuello disse que Bolsonaro nunca o orientou a fazer nada de forma diferente do que ele estava fazendo. Calheiros, porém, citou vídeo de 22 de outubro do ano passado em que, após, ser desautorizado por Bolsonaro quanto à compra da Coronavac, afirmou que "um manda e outro obedece".

2) Pazuello sustentou que a plataforma Tratecov nunca entrou em operação, e que foi hackeada. Calheiros destacou que o programa foi lançado em 11 de janeiro deste ano em evento em Manaus, tendo inclusive sendo noticiado na TV Brasil, e concluiu: "Que interesse poderia ter um criminoso em divulgar gratuitamente um aplicativo desenvolvido pelo Ministério da Saúde em defesa da cloroquina? Independentemente disso, não houve resposta sobre como um aplicativo que indica cloroquina poderia ajudar a evitar casos e mortes por covid, nem sobre o motivo pelo qual a população de Manaus deveria servir de cobaia para essa experiência."

3) O ex-ministro afirmou que uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) limitou a atuação do governo federal. Calheiros apontou que "em nenhum momento o Supremo proibiu ou limitou ações federais" e que a decisão "permite que estados e municípios tomem suas medidas, mas não impede que o Ministério da Saúde tome as suas". "Perguntamos aqui, ontem, que medidas o Ministério teria sido impedido de tomar em razão da decisão do Supremo, e não veio resposta", concluiu o relator.

4) Pazuello disse que o Brasil está entre os países que mais vacinaram, atrás apenas de Estados Unidos, China e Índia. Calheiros, por outro lado, disse que esses não



números absolutos, enquanto o que importa é o percentual da população imunizada: "Que sentido faz comparar o Brasil, com seus 210 milhões de habitantes, com nossa vizinha Guiana, com seus menos de 800 mil? O Brasil, mesmo não estando entre os mais pobres do mundo, aparece atrás de mais de 80 países se for considerado o percentual da população que recebeu ao menos uma dose de vacina. Nosso ritmo é um dos mais lentos do mundo."

5) Pazuello disse que a cloroquina é remédio antiviral e anti-inflamatório. Calheiros sustentou que não é uma coisa nem outra, mas um medicamento contra a malária, doença provocada por um protozoário, e não por um vírus.

6) Ainda em relação à cloroquina, Pazuello disse que ela foi usada no tratamento de grávidas contra a zika. Segundo Calheiros, o que houve foi o começo de uma pesquisa em ratos, que não continuou em humanos. "A afirmação servia para confundir, para tentar passar uma ideia de versatilidade à cloroquina e, assim, tentar justificar eu uso para outras doenças", escreveu o relator.

7) O ex-ministro destacou a necessidade de aprovação de altera-

ção legislativa no Congresso para poder comprar vacinas da Pfizer. De acordo com Calheiros, Pazuello e o presidente Jair Bolsonaro não agiram para resolver os supostos problemas de segurança jurídica, e que essa iniciativa ficou a cargo do Senado. Para o relator da CPI, a verdade é que Pazuello "se recusou a dizer por que dificultou a compra da vacina da Pfizer, por que não respondeu à comunicação da empresa, por que não agiu de forma previdente, e por que não protegeu a população brasileira".

8) Pazuello disse que o presidente nunca o mandou desfazer qualquer contrato com o Instituto Butantan, ligado ao governo de São Paulo. Calheiros lembrou então a declaração de Bolsonaro dizendo que mandaria cancelar o protocolo de intenções para aquisição da Coronavac, a vacina desenvolvida pelo laboratório chinês Sinovac e que chegou ao Brasil por meio do instituto. "O Presidente do Butantan, Dimas Covas, antes mesmo do depoimento de V. Exa., fez questão de enviar ofício para a esta Casa, afirmando que, após a contraordem do Presidente da República, em outubro de 2020, houve uma completa paralisação do processo de negociação, só sendo realmente assinado em 7 de janeiro de 2021", escreveu Calheiros.

9) Pazuello argumentou que não há possibilidade de o Ministério da Saúde interferir nos estados e municípios. Calheiros apontou diálogo entre o ex-ministro e Bolsonaro em janeiro deste ano quando o presidente perguntou se Pazuello "entrou com o tratamento precoce em Manaus". O relator da CPI destacou que o ex-ministro respondeu que "já está funcionando com a



nova gestão".

10) O ex-ministro disse que faltou oxigênio em Manaus entre 13 e 15 de janeiro de 2021 e que ele foi alertado sobre esse risco em 10 de janeiro. Calheiros disse que faltou por 20 dias e que documentos oficiais e um depoimento à Polícia Federal (PF) dado pela secretária de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde da pasta, Mayra Pinheiro, mostram que ele soube do problema antes disso. "Evidente que alguém está mentindo", avaliou o relator.

11) Ao justificar a opção do Brasil de conseguir vacinas por meio da Covax Facility, o consórcio da Organização Mundial da Saúde (OMS), para imunizar apenas 10% da população, em vez de 50%, Pazuello disse que "estar presente no consórcio era o mais importante", podendo depois comprar mais. Calheiros avaliou que "a informação não condiz com a realidade" e que "o ex-ministro recusou-se a declinar quem tomou a decisão e seus fundamentos técnicos". Para o senador, ficou claro que havia uma posição política do Brasil contrária à OMS, a exemplo daquela adotada pelos Estados Unidos na época em que o presidente era Donald Trump.

12) Pazuello disse que todos os órgãos de controle interno e

externo não recomendaram a assinatura de contrato com a Pfizer, entre eles o Tribunal de Contas da União (TCU). Calheiros disse que o ex-ministro não comprovou a declaração que o próprio TCU soltou nota desmentindo-o. Durante o depoimento, Pazuello já tinha sido confrontado com isso e afirmou que havia confundido TCU com CGU (Controladoria-Geral da União).

13) O ex-ministro negou ter sido consultado sobre a produção de cloroquina pelo laboratório do Exército. Calheiros citou documento do Ministério da Defesa segundo o qual atendeu pedido do Ministério da Saúde.

14) O ex-ministro também negou ter sido pressionado para que a cloroquina fosse disponibilizada no SUS para tratar a Covid-19. Calheiros citou o depoimento do ex-ministro Nelson Teich, antecessor de Pazuello, que deixou o cargo por, entre outras coisas, discordar da posição de Bolsonaro sobre a cloroquina. "O próprio ministro [Marcelo] Queiroga, que atualmente ocupa a pasta, teve extremo receio de contrariar o Presidente durante seu depoimento", afirmou Calheiros.

15) Calheiros citou modificações feitas pelo Ministério da Saúde no Plano Nacional de Contingência após questionamentos do Tribunal de Contas da União (TCU). Segundo ele, isso ocorreu porque a pasta não estava cumprindo seu próprio plano, preferindo assim alterar o texto. De acordo com o relator da CPI, Pazuello não explicou por que a mudança foi feita após a notificação do TCU, "tendo ficado claro que o movimento foi para driblar as ordens da autoridade de controle".

INFORME PUBLICITÁRIO

Entenda como funciona a REDE DE MONITORAMENTO instalada na área dos poços de sal

No **início deste mês de maio**, a Braskem concluiu a instalação **da rede de monitoramento dos poços de sal**, que estão desativados desde 2019. São **equipamentos de alta tecnologia que já vem realizando medições 24 horas por dia**, dando mais segurança para a região. Veja aqui como essa rede funciona.



POR QUE O MONITORAMENTO É IMPORTANTE?

Porque **verifica a estabilidade do solo e das cavidades o tempo todo**. Além disso, o monitoramento vai ser útil para acompanhar o resultado das obras de fechamento e preenchimento dos poços de sal, porque detecta eventuais alterações nas cavidades.

Todas as informações são enviadas para o **Painel de Monitoramento**, uma sala de controle onde os dados medidos pelos equipamentos são **acompanhados 24 horas por dia**.



COMO A REDE DE MONITORAMENTO FUNCIONA?

Ela é composta por **equipamentos de alta tecnologia** que têm nomes complicados como tiltímetro, inclinômetro e sismógrafo. Basicamente, esses aparelhos medem deslocamentos, vibrações, alterações de temperatura e micromovimentações, que só são detectadas dessa forma. Cada um desses aparelhos possui uma função específica, mas, como fazem parte de uma rede, as **análises se complementam**, contribuindo para que o monitoramento seja ainda **mais preciso**.



E ONDE OS EQUIPAMENTOS ESTÃO INSTALADOS?

Todos ficam na chamada área de resguardo, a primeira que foi desocupada, em torno dos poços de sal. **Alguns equipamentos foram instalados na superfície e outros, próximos às cavidades**. O posicionamento dos aparelhos é estratégico e foi feito depois de um projeto detalhado, envolvendo engenheiros da Braskem e consultores e especialistas de empresas nacionais e internacionais que são referência nesse tipo de trabalho.



O QUE É FEITO COM OS DADOS?

Além de enviados para o Painel de Monitoramento, eles são compartilhados em tempo real com o **Centro Integrado de Monitoramento e Alerta de Defesa Civil de Maceió (Cimadec)**, que fica na sede do órgão, no bairro do Pinheiro. A Braskem também manda **relatórios mensais para a Agência Nacional de Mineração (ANM)**.



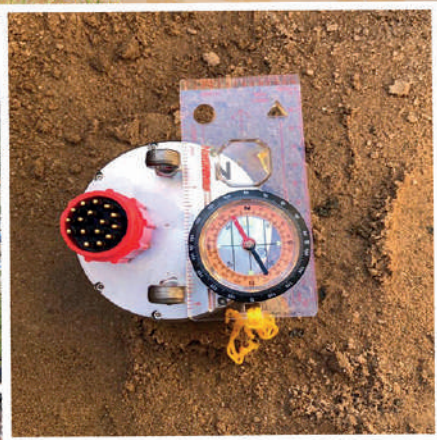
E OS EQUIPAMENTOS MAIS PRÓXIMOS DOS BAIRROS, COMO FICAM?

Já existem equipamentos instalados mais próximos dos bairros e novos que estão em fase de instalação, que acompanham a superfície e as cavidades. Essa rede é uma **parceria** da Braskem com a Defesa Civil de Maceió e consultoria da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), e deve ser finalizada até o meio deste ano. As análises também são enviadas para o Painel de Monitoramento e para o Cimadec. **Depois de pronta, a rede será doada à Defesa Civil**.

Vale lembrar que as redes de monitoramento em torno dos poços e na área de desocupação são das **mais modernas em operação no país**. Elas funcionam de maneira independente, mas a **verificação integrada dos dados** permite um monitoramento ainda melhor, aumentando a segurança da população.



Para saber mais sobre as redes de monitoramento da área dos poços de sal e dos bairros, acesse **Braskem.com.br/alagoas**.



BRASILIA

A decisão pode influenciar a tramitação de medida provisória que permite a desestatização da Eletrobras

STF dá 48h para Arthur Lira explicar trâmite de medidas provisórias

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou que os presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados, senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) e deputado Arthur Lira (PP-AL), prestem, no prazo de 48 horas, informações sobre o atual funcionamento das Casas Legislativas e suas comissões, especialmente para fins de análise de medidas provisórias. A decisão pode influenciar a tramitação da Medida Provisória 1.031, que permite a desestatização

da Eletrobras e que está sendo votada pela Câmara na quarta-feira (19).

"Diante da relevância da matéria constitucional suscitada, determino sejam solicitadas, com urgência, informações sobre o atual funcionamento das Casas Legislativas e suas comissões, especialmente para fins de análise de medidas provisórias, a serem prestadas pelos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas."

Em abril de 2020, o Plenário do Supremo Tribunal Federal autorizou que, durante a emergência em Saúde Pública de importância nacional e o estado de calamidade pública decorrente da Covid-19, as medidas provisórias sejam instruídas perante o Plenário da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, ficando, excepcionalmente, autorizada a emissão de parecer em substituição à Comissão Mista por parlamentar de cada uma das Casas designado na forma regimental, bem como que, em deliberação nos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, operando por sessão remota, as emendas e requerimentos de destaque possam ser apresentados à Mesa.

Na quarta, partidos de oposição protocolaram dentro da mesma ação um mandado de segurança para suspender votação a MP da Eletrobras, alegando que, com o fim do estado de calamidade, não havia por que a medida provisória ser analisada diretamente no plenário da Câ-

mara, sem ser mais bem discutida em uma comissão especial. Durante sessão do plenário, o presidente da Câmara, Arthur Lira, justificou a votação do texto pelos parlamentares.

"A presidência da Câmara e do Senado acordaram, em um momento de dificuldade, que a Casa não funcionasse presencialmente, que a Casa tivesse um funcionamento virtual. A presidência da Câmara e do Senado acordaram que todas as medidas provisórias editadas após a data de nossa posse (fevereiro), a Câmara enviaria para o

Senado as MPs com 30 dias de antecedência. Portanto, estamos cumprindo um acordo de procedimento, em um momento de dificuldade do Parlamento. Se quiserem ao final desse mês voltaremos presencialmente. Houve tempo para discussão", argumentou Lira. O presidente da Casa ainda afirmou que, apesar de o estado de calamidade ter acabado, a pandemia não terminou, e, por isso, diversas comissões seguem sem funcionar, impedindo o funcionamento normal do Congresso Nacional.



CIÊNCIA

Senador diz que falta de investimentos em ciência e tecnologia é um problema lamentável

Cunha pede a Paulo Guedes liberação de recursos para fomento à pesquisa

Diante do corte de recursos no Orçamento Geral da União (OGU) das universidades federais e de organismos como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), responsáveis pelo fomento da pesquisa científica em todo o país, o senador Rodrigo Cunha (PSDB) solicitou ao ministro da Economia, Paulo Guedes, a liberação imediata dos valores hoje contingenciados do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). Em ofício destinado a Guedes, Cunha explica que os recursos desbloqueados devem ser destinados ao fomento das atividades de ciência, tecnologia e inovação.

"A retração dos investimentos em ciência e tecnologia é um

problema que lamentavelmente vem se aprofundando ano após ano no Brasil. Recentemente estive com o ministro da Ciência e Tecnologia e ele compartilhou comigo a preocupação com relação às bolsas do CNPq, algo vital para a manutenção da vida acadêmica e da pesquisa nacional. E nesse momento estamos com milhares de estudantes e pesquisadores sendo diretamente impactados. Entendo a situação do país, mas algumas despesas devem ser priorizadas buscando fontes de recursos disponíveis. A liberação do FNDCT poderá trazer um alívio para o setor. Esse é um assunto caro pra mim desde antes de assumir a presidência da Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado" afirma Rodrigo Cunha no ofício.

O Orçamento da União deste ano foi sancionado neste ano sem a previsão de verbas integrais para o FNDCT. De acordo com os levantamentos mais recentes, a projeção é de que o Fundo arrecade R\$ 5,5 bilhões para projetos não reembolsáveis em 2021, mas, se mantida a previsão orçamentária tal como sancionada, R\$ 5,1 bilhões serão contingenciados.

E nesta questão há um outro fato importante: está em vigência a Lei Complementar 177/2021, cujo texto proíbe o contingenciamento de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). No Senado, Rodrigo Cunha foi um dos defensores da aprovação desta norma, em defesa do desenvolvimento científico e tecnológico nacional.



Estimativas dão conta de que o CNPq, uma das principais agências por trás do financiamento da ciência brasileira, só pagará bolsas a 396 dos 3080 dos doutorados e pós-doutorados que foram aprovados para 2021. Isso significa que só 13% dos projetos de pesquisa que preenchiam todos os pré-requisitos – e que, por-

tanto, estão aptos a receber bolsas – de fato receberão o financiamento. O corte nas bolsas seria reflexo da queda de 29% no orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), pasta responsável pelo CNPq. A verba dedicada às bolsas caiu 12% de 2020 para 2021 (serão R\$ 918 milhões neste ano).